

*Espaço temático especial: saúde mental, reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial*

## Racismo, eugenia e higienismo: reflexões críticas a partir do documentário *Holocausto Brasileiro*

**Bianca Neves Arnaud<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-2330-2899>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, Pará, Brasil.

### **Racismo, eugenia e higienismo: reflexões críticas a partir do documentário *Holocausto brasileiro***

**Resumo:** Este ensaio apresenta uma reflexão crítica sobre a relação entre racismo, eugenia e higienismo na formação social brasileira, à luz da teoria social crítica de Marx. Fundamenta-se em revisão de literatura, articulada a uma base metodológica documental, tomando o documentário *Holocausto Brasileiro* como mediação empírica. Os resultados da reflexão indicam como a articulação entre racismo, eugenia e higienismo conformou o aparato científico, institucional e estatal brasileiro ao longo do século XX, reatualizando-se sob novas formas no século XXI. Argumenta-se que as mais de 60 mil mortes ocorridas no Hospital Colônia de Barbacena não resultaram do acaso ou de negligências pontuais, mas expressam uma lógica social que naturaliza a violação de direitos humanos e a eliminação de sujeitos socialmente classificados como “indesejáveis”.

**Palavras-chave:** racismo; eugenia. higienismo; hospital colônia; Serviço Social.

### **Racism, eugenics, and hygienism: critical reflections based on the documentary *Brazilian Holocaust***

**Abstract:** This essay presents a critical reflection on the relationship between racism, eugenics, and hygienism in the formation of Brazilian society, considering Marx’s critical social theory. It is based on a literature review, articulated with a documentary methodological framework, using the documentary *Holocausto Brasileiro* as an empirical mediation. The results of the reflection indicate how the articulation between racism, eugenics, and hygienism shaped the Brazilian scientific, institutional, and state apparatus throughout the 20th century, re-emergencing in new forms in the 21st century. It argues that the more than 60,000 deaths that occurred at the Barbacena Colony Hospital were not the result of chance or isolated instances of negligence, but express a social logic that naturalizes the violation of human rights and the elimination of subjects socially classified as “undesirable”.

**Keywords:** racism; eugenics; hygiene; hospital colony; Social Service.

Recebido em 12.09.2025. Aprovado em 18.12.2025. Revisado em 11.02.2026.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

O presente ensaio propõe uma reflexão crítica acerca da relação entre racismo, eugenia e higienismo na formação social brasileira, à luz da teoria social crítica de Marx. A escolha teórico-metodológica justifica-se por possibilitar a apreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade e em suas determinações estruturais, permitindo compreender as formas históricas de exploração e opressão no interior do capitalismo dependente brasileiro. Parte-se do entendimento de que o racismo, a eugenia e o higienismo não constituem fenômenos isolados na realidade social, mas expressões historicamente constituídas que incidem sobre os processos de exclusão, segregação e desumanização de determinados segmentos da população.

Nesse sentido, busca-se situar essas categorias no interior da totalidade histórica, compreendendo-as como elementos constitutivos da formação social brasileira, que se reproduzem e se reatualizam ao longo do tempo. A partir dessa perspectiva, o documentário *Holocausto Brasileiro* é tomado como mediação empírica da reflexão, na medida em que possibilita problematizar as expressões concretas do racismo, da eugenia e do higienismo no âmbito das políticas de saúde mental, evidenciando suas articulações com os determinantes de classe, raça, gênero e sexualidade no Brasil.

Problematizar a questão étnico-racial, em especial as formas históricas de manifestação do racismo, da eugenia e do higienismo na sociedade brasileira, constitui uma tarefa fundamental para o Serviço Social, uma vez que a profissão se insere nessa mesma totalidade social marcada por desigualdades e pelo racismo estrutural. O Serviço Social surge e se desenvolve nesse contexto histórico e, portanto, não está isento de contradições, sendo também atravessado por práticas racistas e discriminatórias. Compreender essas determinações implica, assim, um movimento crítico de análise da realidade social e da própria profissão, enquanto prática social historicamente situada.

Do ponto de vista metodológico, o ensaio fundamenta-se em revisão de literatura ancorada na teoria social crítica, a partir da seleção de autoras e autores da tradição marxista que discutem a formação social brasileira, o racismo estrutural e as práticas eugenistas e higienistas no contexto do capitalismo dependente, entre as/os quais se destacam Silva (2022), Souza (2019), Passos (2022) e Góes (2022). Articulada à revisão de literatura, a reflexão apoia-se em fonte documental, tomando o documentário *Holocausto Brasileiro* como mediação empírica, compreendido enquanto registro histórico e social que expressa as determinações estruturais e ideológicas que fundamentaram as práticas racistas e eugenistas no Hospital Colônia de Barbacena ao longo do século XX. O texto encontra-se organizado em quatro partes, além desta introdução: uma seção dedicada à discussão da formação social brasileira e suas relações com o racismo, a eugenia e o higienismo; uma seção de reflexões críticas a partir do documentário; as considerações finais; e as referências utilizadas.

## Racismo, eugenia e higienismo na formação social brasileira: o *Holocausto Brasileiro* na história

Para compreender a situação de segregação social e racial a que foram submetidas as pessoas institucionalizadas no Hospital Colônia de Barbacena, faz-se necessário situar essa realidade no contexto histórico da formação social do Brasil. Refletir sobre o que Daniela Arbex denomina como *Holocausto Brasileiro* exige uma análise crítica do processo histórico, ancorada na realidade concreta, capaz de apreender suas contradições e mediações. Trata-se, portanto, de reconhecer o racismo, a eugenia e o higienismo como elementos constitutivos da formação social brasileira, que se articulam e se reconfiguram ao longo do desenvolvimento do país.

Assim, desenvolve-se uma discussão sobre a formação social do Brasil e suas relações com o racismo, a eugenia e o higienismo, tomando o documentário *Holocausto Brasileiro* como mediação empírica da reflexão. Góes (2022), ao analisar as vias de entificação do modo de produção capitalista, destaca que, embora esse processo se efetive de maneira universal, sua objetivação ocorre de forma historicamente determinada e desigual. No Brasil, o desenvolvimento capitalista ocorreu de forma distinta dos países europeus, assumindo particularidades, uma vez que teve como base histórica o escravismo, elemento central para a conformação das relações sociais e raciais no país.

Nesse sentido, por razões históricas, pode-se dizer que no Brasil não ocorreu uma revolução burguesa clássica, mas uma transição negociada. Segundo Góes (2022), o que se observou foram transformações “de cima para baixo”, sem rupturas significativas com o modelo colonial escravocrata, caracterizando uma modernização conservadora.

Isso porque os grandes latifundiários escravistas impediram alternativas que poderiam viabilizar o desenvolvimento de um capitalismo autônomo. Assim, a burguesia brasileira, cuja gênese esteve atrelada à dependência do capital externo, não foi capaz de realizar um projeto nacional-democrático de sociedade.

Logo, os traços da herança colonial escravocrata e a condição de dependência econômica do Brasil conformam determinações históricas e sociais que permitem compreender como o racismo, a eugenia e o higienismo operam na sociedade brasileira. Conforme Góes (2022), esses elementos atuam não apenas para garantir a dominação de classe, mas também para manter a natureza subordinada e dependente da burguesia brasileira ao capital estrangeiro. Nesse contexto, o racismo e a eugenia tornam-se elementos centrais para impulsionar a superexploração da força de trabalho, especialmente da população negra, o que evidencia a impossibilidade de separar tais elementos da dominação de classe.

Nessa direção, torna-se necessário evidenciar a relação entre racismo e eugenia na sociedade brasileira, visto que, em determinado período da história, teorias racialistas passaram a ser legitimadas por discursos científicos. A eugenia, termo de origem grega que significa “bem-nascido”, foi apropriada na segunda metade do século XIX pelo fisiologista inglês Francis Galton para expressar a ciência do estudo de fatores socialmente controláveis, com base na ideia de que seria possível elevar ou rebaixar a qualidade da raça, segundo uma concepção de evolução. Conforme Silva (2022), no Brasil, a eugenia foi introduzida no final do século XIX e difundida nas três primeiras décadas do século XX, sendo apropriada pela medicina e, posteriormente, disseminada em outras profissões da área da saúde. A autora destaca que seu período de maior difusão integrou o processo de organização do mundo do trabalho livre no pós-abolição, articulando-se à preocupação da República brasileira em controlar as massas de populações negras trabalhadoras, assalariadas ou não.

Assim, Silva (2022) traz um contexto no qual o racismo brasileiro se combinou ao pensamento científico para justificar o embranquecimento da nação pela miscigenação. Na Europa, o racismo tomava grandes proporções, cuja expressão mais radical foi o nazismo na Alemanha. No Brasil, ocorreu uma recomposição ideológica na direção de princípios eugênicos, impulsionada pela tendência racista-escravista da intelectualidade tradicional. Em outras palavras, foram importadas concepções racialistas produzidas na Europa, as quais foram adaptadas à realidade brasileira para a manutenção do poder da classe dominante.

Góes (2022) destaca que o movimento eugenista foi introduzido no Brasil com o ideal de construir um país branco, cristão e civilizado. Nesse contexto, acreditava-se que a eugenia poderia servir como um instrumento para organizar a imigração, combater a “delinquência”, eliminar os considerados degenerados e implementar uma política sanitária orientada ao “aperfeiçoamento da raça” por meio do branqueamento, conformando, assim, o progresso do país. As ideias eugênicas ganharam força entre as elites brasileiras, especialmente com o médico Renato Kehl, figura central no movimento eugenista nacional. Assim, a partir das décadas de 1910 e 1920, as concepções de Galton passaram a influenciar o pensamento médico brasileiro, sobretudo no campo da higiene social, onde predominava a preocupação com a suposta degeneração moral e racial da população.

Nesse cenário, consolidou-se a crença na existência de indivíduos considerados fortes e saudáveis (pessoas brancas) em contraposição aos tidos como “portadores dos males sociais” (pessoas negras, pessoas com transtornos mentais e com alguma deficiência física, prostitutas, “preguiçosos”, entre outros grupos estigmatizados). Renato Kehl, influenciado pelos princípios de Galton, classificou a eugenia em três aspectos: positiva, preventiva e negativa. A positiva voltava-se à promoção e reprodução de uma “raça” considerada pura. A preventiva buscava impedir a reprodução de indivíduos tidos como “portadores de comportamentos desviantes”. A negativa, por sua vez, defendia a esterilização e o extermínio de sujeitos classificados como degenerados. Tais aspectos, marcados por um viés científico e moral, foram incorporados ao ideário de controle social e político da época, contribuindo para a implementação de políticas governamentais de exclusão e violência (Góes, 2022).

Importa mencionar que, na década de 1920, os movimentos higienista e eugênico passaram a se sobrepor, com a adesão de membros do primeiro ao segundo, conformando o que Silva (2022) denomina como higienismo eugênico no contexto brasileiro. Nesse cenário, medidas eugênicas foram disfarçadas sob o discurso higienista, legitimando práticas de controle racial no período pós-abolição. Sob a alegação de “proteger” a saúde pública e preservar uma ordem social desejada pela classe burguesa, o Estado adotou medidas de controle e exclusão voltadas aos considerados inferiores, perigosos ou degenerados, categorias estas construídas sob marcadores raciais, sociais, morais e de gênero (Silva, 2022).

Nesse sentido, a autora aponta que as ideias eugênicas foram incorporadas como um projeto ideológico da elite brasileira e disseminadas na sociedade sob a aparência de práticas higienistas. Nesse processo, destaca-se o papel da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada no Rio de Janeiro, em 1923. Sua criação ocorreu em um contexto histórico de modernização e urbanização do país, marcado por contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a saber: o aumento da pobreza, da criminalidade e do sofrimento psíquico. Inicialmente, a LBHM tinha como objetivo melhorar a assistência às pessoas com transtornos mentais, por meio da renovação dos quadros profissionais e das instituições psiquiátricas. Entretanto, ao longo das décadas seguintes, a Liga passou a adotar posições de orientação eugênica (Silva, 2022).

Diante desse cenário, consolidaram-se práticas eugenistas voltadas ao controle da população considerada “indesejável”, as quais eram, em geral, direcionadas às pessoas pertencentes às chamadas “raças inferiores”, sobretudo os não brancos. Segundo Silva (2022), na década de 1930, a Liga Brasileira de Higiene Mental tornou-se um dos principais espaços de formulação do pensamento eugenista no Brasil, constituindo um arcabouço teórico que fundamentava as ideias sobre prevenção e preservação da saúde mental com base em princípios morais. Convém destacar que, não por acaso, a década culminante de atuação da LBHM coincide com o início do processo sistemático de extermínio no Hospital Colônia.

Ao tratar da relação entre racismo, eugenia e higienismo, não se pode perder de vista a atuação do Estado, visto que nele a repercussão das ideias higienistas encontrou ambiente propício para se desenvolver. Conforme argumenta Góes (2022), na concepção dos defensores do movimento eugenista, o melhoramento da sociedade brasileira dependia da efetivação de políticas de Estado. Isto é, caberia ao poder público “sanear”, “higienizar” e construir um “povo puro”. Nessa concepção, propunha-se a construção de políticas de esterilização voltadas ao impedimento da reprodução dos considerados degenerados; a criação de manicômios para os considerados indesejáveis; o combate à filantropia, sob a alegação de que a caridade favorecia a reprodução dos ditos “desclassificados”; e a rejeição de atributos associados à proliferação dos “anormais”.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que o governo de Getúlio Vargas (1930–1945) aliou alguns desses ideais eugenistas/higienistas em sua estrutura e em seu aparato institucional, buscando promover uma concepção de nação e de raça brasileira considerada “mais forte”. As políticas implementadas nesse governo contribuíram para a perpetuação de práticas discriminatórias e de exclusão social. Assim, Góes (2022) aponta que a relação entre a eugenia e o Estado pode ser compreendida nas propostas de modernização do país, sobretudo nos seguintes aspectos: na composição de um povo brasileiro, no melhoramento da raça, na política de imigração, na criação de espaços para os grupos considerados insignificantes (pessoas com transtornos mentais) e na construção de um “tipo de trabalhador”.

Diante do breve exposto, compreende-se que a história constitui o fio condutor para explicar o movimento da realidade e situar os acontecimentos ocorridos no Hospital Colônia de Barbacena, entre as décadas de 1930 e 1980, no âmbito das relações sociais. Nessa perspectiva, as violações de direitos humanos e as práticas de racismo travestido de higienismo, perpetradas no referido hospital, inserem-se em uma totalidade histórica marcada pela segregação, exclusão e aniquilação de sujeitos socialmente classificados como “indesejáveis”.

### ***Holocausto Brasileiro: o retrato do racismo estrutural e da exclusão social***

O documentário *Holocausto Brasileiro*, dirigido por Daniela Arbex e Armando Mendz e lançado em 2016, foi baseado no livro homônimo de Daniela Arbex, intitulado “Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil”. A obra retrata um dos maiores genocídios do país, ocorrido no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais, entre as décadas de 1930 e 1980. No referido documentário, desvela-se, por trás da tragédia, o racismo estrutural, historicamente articulado ao eugenismo e ao higienismo na sociedade brasileira, além da violação sistemática dos direitos humanos e da atuação violenta do Estado brasileiro.

Conforme argumenta Arbex (2013), embora o uso da palavra “holocausto” possa parecer exagero ao tentar descrever um fenômeno distinto do assassinato em massa dos judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, é uma expressão precisa para retratar a situação das pessoas internadas no hospital psiquiátrico de Barbacena. Isso se deve ao fato de que a condição desumana vivenciada por essas pessoas se assemelhava a um campo de concentração nazista. Encaminhados/as de trem, conhecidos como “trens de loucos”, os/as pacientes eram esquecidos/as no hospital e submetidos/as a um tratamento que mais se aproximava de um extermínio.

O antigo Hospital Colônia de Barbacena, criado em 1903, foi cenário de uma história de extermínio entre os anos de 1930 e 1980, período em que se estima a morte de pelo menos 60 mil pessoas em decorrência de condições indignas de internação, tais como fome, frio, doença, tortura, exploração, violência e maus-tratos. Para evidenciar a situação vivenciada, o documentário se apoia em relatos de médicos, psiquiatras, enfermeiras, maquinistas e outros profissionais que trabalharam no hospital, assim como de ex-pacientes sobreviventes. Além disso, o documentário reúne registros de jornalistas e fotógrafos que apresentaram visualmente o processo de desumanização e a institucionalização da “loucura”.

Para melhor analisar esse cenário, é necessário compreender que o Hospital Colônia de Barbacena estava inserido em uma lógica perversa, materializada pelos manicômios. Segundo Passos (2022), as bases do manicômio articulam-se diretamente com o racismo reproduzido na sociabilidade capitalista e suas expressões na realidade brasileira. A autora parte do pressuposto de que o manicômio é funcional à reprodução do capital, cumprindo a função social de conter corpos e subjetividades considerados “desviantes”, a qual pode diversificar suas estratégias conforme as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. Assim, essa instituição e sua lógica, marcada pela segregação, internação e centralidade do poder e saber médico, são componentes estruturantes do capitalismo e atravessados pelas relações de classe, raça e gênero que o sustentam (Passos, 2022).

Nessa perspectiva, o Hospital Colônia de Barbacena se constituiu como um instrumento de exclusão social e racial, acolhendo pessoas socialmente classificadas como “indesejadas” pela sociedade, sob a justificativa de tratamento psiquiátrico. Muitos/as desses/as pacientes não apresentavam transtornos mentais e eram institucionalizados/as compulsoriamente, mesmo sem diagnóstico médico, sendo submetidos/as a práticas terapêuticas orientadas por uma lógica manicomial voltada aos considerados “loucos”.

[...] como Maria de Jesus, internada porque se sentia triste, Antônio da Silva, porque era epilético. Ou ainda Antônio Gomes da Silva, sem diagnóstico, que ficou vinte e um dos trinta e quatro anos de internação mudo porque ninguém se lembrou de perguntar se ele falava. São sobreviventes de um holocausto que atravessou a maior parte do século XX [...] Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças (Arbex, 2013, p. 13–14).

Ao se analisar o perfil das pessoas institucionalizadas compulsoriamente, tornam-se ainda mais evidentes os atravessamentos entre classe, raça e gênero. Conforme destaca Arbex (2013), em sua maioria, eram pessoas negras e pobres, incluindo indivíduos com deficiência física, homossexuais, prostitutas, meninas grávidas, esposas confinadas pelos maridos e filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento. Esses exemplos evidenciam como, na realidade concreta, as relações sociais são marcadas pelo racismo, machismo, classismo, capacitismo e por preconceitos relacionados à sexualidade. Portanto, na análise dos fenômenos sociais, não há como dissociar essas opressões, uma vez que se articulam historicamente em uma mesma totalidade social.

Nota-se também que os preconceitos, relacionados à classe, raça, gênero, sexualidade, sanidade, entre outros marcadores sociais, são intrínsecos à lógica do capital e fundamentais para a sua reprodução ampliada (Passos, 2022). Para manter a hegemonia de um sistema opressor e explorador, torna-se necessário reproduzir uma desigualdade que seja não apenas econômica, mas política, social e cultural. Nesse sentido, essa hierarquização social e os lugares historicamente destinados aos ditos “indesejáveis” não são fruto do acaso, mas mantidos para sustentar e conservar um sistema que se retroalimenta dessa desigualdade.

Tratando-se especificamente da institucionalização de crianças, importa mencionar que a realidade não difere da lógica mencionada acima. Com o fechamento do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil de Oliveira, no início da década de 1970, dezenas de crianças foram transferidas para o Hospital Psiquiátrico de Barbacena. Conhecidas como “meninos de Oliveira”, essas crianças com alguma deficiência física ou mental e, em sua maioria, negras haviam sido abandonadas por suas famílias por não se enquadrarem nos padrões da dita normalidade, ou por serem consideradas “arteiras” e “levadas” demais.

Nos depoimentos relatados no documentário, os “ex-meninos de Oliveira” apontam o tratamento recebido na instituição, no qual eram submetidos a tortura, espancamento e trabalho forçado em afazeres domésticos. Muitos desconheciam a sua própria idade, mas rememoram a saudade da família. Os relatos desses sobreviventes evidenciam uma infância atravessada por violências que perpetuam o racismo estrutural e o capacitismo na sociedade brasileira, legitimados a partir do confinamento dos corpos considerados “anormais” ou indesejáveis.

Assim, com base nos relatos apresentados no longa-metragem, observa-se que esses homens, mulheres e crianças institucionalizadas não recebiam tratamento adequado. As condições de internação eram precárias, e a dignidade humana lhes era arrancada, tanto em vida quanto após a morte. O tratamento recebido refletia uma lógica de desumanização, violência institucional e extermínio. Os pacientes eram submetidos ao uso indiscriminado da eletroconvulsoterapia (ECT), conhecida como eletrochoques, aplicada sem anestesia. Esse procedimento era realizado por profissionais da área da saúde em formação e com o auxílio de funcionários sem a qualificação necessária, o que resultava na morte de vários pacientes por paradas cardiorrespiratórias.

No que concerne às condições de institucionalização dos/as pacientes, infere-se que essas eram extremamente precárias e subumanas, aproximando-se de práticas de crueldade. De acordo com os relatos, os pavilhões eram superlotados, insalubres e apresentavam insuficiência de recursos humanos e materiais. Não havia alimentação suficiente, vestimentas e leitos. Além disso, muitos dormiam sobre capim que acabava substituindo as camas, outros dormiam no chão, nus, expostos ao frio e a doenças contagiosas.

Nesse cenário, coloca-se a indagação: higienismo para quem? Os relatos de ex-funcionários evidenciam a ocorrência de mortes em massa, nas quais as pessoas eram encontradas mortas em condições degradantes. Em períodos de maior lotação, eram registradas em média 16 mortes por dia no hospital. Ademais, as condições de trabalho também eram precárias e refletiam diretamente no agravamento do sofrimento físico e psíquico dos/as pacientes. Os profissionais de enfermagem atuavam sem insumos básicos, compartilhando uma mesma seringa entre diversos pacientes, pois não havia materiais descartáveis. Além disso, apenas um médico psiquiatra era responsável pelos três pavilhões superlotados do Hospital Colônia (Arbex, 2013).

Outra questão que merece destaque diz respeito à exploração da força de trabalho à qual muitos pacientes foram submetidos, tanto dentro quanto fora do Hospital Psiquiátrico de Barbacena. Os pacientes considerados mais “aptos” eram designados compulsoriamente para atividades laborais, sem remuneração. Atuavam em funções internas do hospital, como serviços gerais, ou eram cedidos ao município para a limpeza de ruas. Além disso, há relatos em que os pacientes eram levados por funcionários da instituição para trabalhar em obras de construção particulares, como ajudantes de pedreiros. Essas práticas de exploração da força de trabalho, que deveriam ser tratadas como uma servidão forçada, eram vistas, sob o discurso institucional, como formas “terapêuticas”.

Compreende-se, portanto, que a escravidão à qual os povos africanos e seus descendentes foram submetidos não se encerrou com a abolição formal em 1888. Embora tenham sido libertas de um determinado estatuto da escravidão, as pessoas ex-escravizadas continuaram submetidas a outros mecanismos de controle e submissão que as impediram de ser incorporadas efetivamente à sociedade, prosseguindo alijadas e marginalizadas. Assim, embora a escravidão tenha sido abolida, os espaços sociorraciais construídos sob a sua lógica foram preservados, instaurando-se uma reconfiguração da dominação e exploração da população negra no Brasil.

Nesse contexto, salienta-se também a intrínseca relação entre o racismo e a superexploração da força de trabalho. Com base em Souza (2019), entende-se que o racismo é um mecanismo fundamental para a subordinação, a violação dos direitos e o rebaixamento salarial. Forjado e refinado ao longo de séculos de escravização, o racismo foi central tanto na legitimação das desigualdades quanto na organização da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. A situação de Luizinho, um dos sobreviventes, é elucidativa nesse sentido:

O menino hospitalizado apenas por ser tímido se separou da família sem diagnóstico de loucura, embora não tenha sido difícil arranjar uma doença para ele. Qualquer moléstia mental serviria, afinal, o rapaz era filho da pobreza como a maioria dos depositados nos manicômios do Estado [...] Em Barbacena, o jovem experimentou a covardia e a escravidão. Recrutado por um funcionário do hospital que decidiu ganhar dinheiro nas costas daquela gente, Luiz passou a construir, de graça, casas populares que o tal homem vendia. A exploração da sua mão de obra, no entanto, não foi o que mais doeu, e sim as humilhações impostas (Arbex, 2013, p. 115–116).

Além disso, há relatos de que alguns pacientes também eram incumbidos da tarefa de transportar os corpos dos mortos em uma carroça até o cemitério, onde realizavam os sepultamentos de forma precária e desumana. Segundo Arbex (2013, p. 57), os pacientes “cavavam buracos e despejavam seus pares em valões, cobrindo com terra preta”. O cemitério da Paz, criado praticamente junto com o hospital, no início do século XX, foi concebido com a perspectiva da separação dos corpos, haja vista que as pessoas negras e “loucas” não eram enterradas no mesmo local que as pessoas ditas “normais”. Tratava-se de uma segregação social e racial que perpassava desde a institucionalização até o momento final de existência dos/as pacientes.

Essa lógica de violação da dignidade humana estendia-se à destinação dos corpos após a morte, não se restringindo a um sepultamento desumano. Conforme Arbex (2013), entre 1969 e 1980, mais de 1.800 (mil e oitocentos) corpos de pacientes mortos no Hospital Colônia foram vendidos para 17 faculdades de Medicina no Brasil, sem o consentimento de seus familiares. Em uma década, a comercialização dos corpos atingiu quase R\$600 (seiscentos) mil em valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, desconsiderando-se, ainda, o montante obtido com a venda de ossos e órgãos. Quando a “demanda por corpos” diminuiu, estes passaram a ser decompostos em ácido para que as ossadas pudessem, então, ser comercializadas. Essa prática evidencia a transformação dos corpos em mercadorias e intensifica o caráter de descartabilidade dos sujeitos socialmente classificados como “indesejáveis” no interior da lógica do capital.

Diante do exposto, compreende-se que as pessoas institucionalizadas eram privadas de sua condição humana tanto em vida quanto após a morte, perpetuando um ciclo de desumanização ao longo da história do Hospital Psiquiátrico de Barbacena. Essa realidade começou a ser, gradualmente, modificada a partir do final da década de 1970, em particular com a visita do psiquiatra italiano Franco Basaglia ao Hospital Colônia, em 1979. Na ocasião, Basaglia declarou que jamais havia presenciado situação semelhante em nenhuma outra instituição do mundo, comparando a situação do hospital a um “campo de concentração nazista”.

Como pioneiro na luta antimanicomial, Basaglia teve suas declarações e críticas repercutidas mundialmente, garantindo ampla visibilidade nacional e internacional à forma como a “loucura” vinha sendo tratada nos hospitais psiquiátricos, em particular em Minas Gerais. Nesse quadro histórico, pode-se afirmar que Basaglia foi um grande inspirador do movimento antimanicomial, contribuindo para a reforma psiquiátrica no país. Em 1980, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), pressionada pelo movimento, aprovou o Projeto de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica (Arbex, 2013).

Assim, a Reforma Psiquiátrica brasileira, como um movimento social e político que propõe uma ruptura com o modelo centralizado no hospital psiquiátrico, representou um avanço à compreensão e ao tratamento do sofrimento psíquico, pautando-se em um sistema de atenção psicossocial que frisa a liberdade, dignidade e ressocialização das pessoas com transtornos mentais. “A reforma psiquiátrica é, de certa forma, a abolição da escravidão *da pessoa com transtornos mentais*, seu fim como mercadoria de lucro dos hospitais fechados, da exploração e do sofrimento humano com objetivos mercadológicos” (Arbex, 2013, p. 208, grifo nosso).

Apesar de algumas modificações estruturais na década de 1990, o Hospital Colônia ainda mantinha traços asilares, os quais estavam inseridos em um lento processo de transição histórica. Em 2001, com a promulgação da Lei n.º 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, essa realidade passou a ser, paulatinamente, modificada, a partir do redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental. Nesse contexto, os leitos psiquiátricos passaram a ser substituídos por modelos de atendimento mais humanizados, abertos e de base comunitária (Brasil, 2001).

Assim, o referido marco legal consolida os princípios da Reforma Psiquiátrica, reafirmando a saúde mental como um direito humano, social e coletivo. Considera-se que ela representou um divisor de águas na Política de Saúde Mental no país, sendo fundamental para evitar a repetição de práticas desumanas como as ocorridas no Hospital Colônia de Barbacena.

Dito isso, convém mencionar que a ocorrência de mais de 60 mil mortes no Hospital Colônia de Barbacena não foi fruto do acaso nem de negligências pontuais. Trata-se da expressão de uma lógica racista, eugênica e higienista que fundamentou o aparato científico e institucional brasileiro ao longo do século XX. Nesse sentido, não se está diante de uma ausência ou falha do Estado e da sociedade, mas de uma atuação sistemática que, historicamente, criminaliza e marginaliza a população negra e os grupos considerados socialmente “indesejáveis”. Ao legitimar e sustentar essa estrutura racista e violenta, o Estado atuou de forma efetiva no processo genocida ocorrido em Barbacena.

Por fim, destaca-se que, embora a situação ocorrida no Hospital Colônia de Barbacena seja emblemática, ela não se encontra apartada da totalidade social brasileira. No país, diversos hospitais psiquiátricos e colônias operaram sob a mesma lógica de segregação social e racial, orientada pelos princípios eugenistas e higienistas. Essa racionalidade não se restringiu a um único território, reproduzindo-se também em outros contextos regionais. A título de exemplo, cita-se a antiga Colônia de Hansenianos de Marituba, no estado do Pará, instituída em 1942, voltada à segregação compulsória de pessoas acometidas pelo mal de Hansen, evidenciando, assim, a reprodução dessas práticas em diferentes territórios do país (Marituba Imprensa, 2022).

Em síntese, arrisca-se a dizer que o “Holocausto Brasileiro”, expressão utilizada por Daniela Arbex, não se restringe apenas ao extermínio ocorrido entre as décadas de 1930 e 1980 no Hospital Colônia de Barbacena. Ao contrário, é possível realizar mediações com o processo histórico de opressão, exploração e extermínio de grupos marginalizados, em particular, da população negra no Brasil, cuja trajetória remonta à escravidão e se estende até os dias atuais, com o encarceramento em massa e o extermínio sistemático dessa população.

### Considerações finais

Este ensaio objetivou apresentar uma reflexão crítica acerca da relação entre racismo, eugenia e higienismo na formação social brasileira, tomando o documentário *Holocausto Brasileiro* como mediação empírica. A obra retrata um dos maiores genocídios do Brasil, ocorrido no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais, entre as décadas de 1930 e 1980. A partir das reflexões suscitadas, foi possível apreender a articulação histórica entre racismo, eugenia e higienismo, elementos que fundamentaram o aparato científico, institucional e estatal brasileiro ao longo do século XX e que se reatualizam, sob novas formas, no século XXI. Neste sentido, compreende-se que as mais de 60 mil mortes ocorridas no Hospital Colônia não resultaram do acaso, mas expressam uma lógica social que naturaliza a violação de direitos humanos e a eliminação de sujeitos socialmente classificados como “indesejáveis”.

Os elementos estruturais, econômicos, políticos e sociais que conectam o passado e o presente permitem compreender que, apesar dos avanços conquistados, a sociedade brasileira ainda preserva traços higienistas, sustentados por práticas e discursos que legitimam o controle, a exclusão e a criminalização de corpos e mentes consideradas “desviantes”. As formas eugênicas e higienistas atualizadas na contemporaneidade fortalecem o racismo e outras formas de preconceito, materializando-se em estratégias de subalternização, segregação e eliminação de determinados segmentos da população, como evidenciam a criminalização, o encarceramento em massa e o extermínio da população negra periférica.

Parte-se do entendimento de que a contradição constitui o motor da história, a qual não se reduz a uma sucessão linear de fatos, mas se apresenta como um processo marcado por rupturas e continuidades, avanços e retrocessos, incorporação e superação. Portanto, na realidade concreta, a força hegemônica do capital, que complexifica o racismo e intensifica outras formas de opressão, como o machismo, o sexismo, o capacitismo e os estigmas relacionados às pessoas com transtornos mentais, é a mesma que, dialética e contraditoriamente, possibilita o movimento de contestação e rebeldia frente à ordem vigente.

Por fim, parafraseando Góes (2022), não é possível conceber uma sociedade capitalista “sem racismo”. A superação do racismo encontra seus limites estruturais na própria lógica de reprodução do capitalismo, assim como a manutenção desse modo de produção se ancora nas desigualdades sociais e étnico-raciais. Desse modo, compreender a relação entre racismo, eugenia, higienismo e capitalismo é fundamental para que se possa combatê-los de forma radical, tendo como horizonte a construção de uma nova ordem societária livre do racismo e de outras formas de exploração e opressão.

### Referências

- ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm). Acesso em: 5 maio 2025.
- GÓES, W. L. Racismo e eugenia na formação social brasileira. In: EURICO, M. C. et al. (org.). *Antirracismos e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2022. E-book. p. 25–37.

HOLOCAUSTO Brasileiro. Direção: Armando Mendz e Daniela Arbex. São Paulo: Vagalume Filmes; Brasil Distribution, 2016. 1 vídeo (90 min). Publicado pelo canal Desmistificando. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jJentTu8nc4>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MARITUBA IMPRENSA. Hanseníase: o combate à doença e ao preconceito faz parte da história de Marituba. Portal Prefeitura de Marituba, 30 jan. 2022. Disponível em: <https://marituba.pa.gov.br/site/hansenia-e-combate-a-doenca-e-ao-preconceito-estao-na-historia-do-municipio-de-marituba/#:~:text=A%20Col%C3%B4nia%20E2%80%93%20A%20antiga%20cidade,infectados%20pela%20ent%C3%A3o%20denominada%20lepra>. Acesso em: 10 maio 2025.

PASSOS, R. G. Saúde Mental, Racismo e Serviço Social: diálogos necessários. In: EURICO, M. C. et al. (org.). Antirracismos e serviço social. São Paulo: Cortez, 2022. E-book. p. 147–156.

SILVA, A. P. P. da. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: EURICO, M. C. et al. (org.). Antirracismos e serviço social. São Paulo: Cortez, 2022. E-book. p. 38–52.

SOUZA, C. L. S. de. Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204570/PGSS0221-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio 2025.

### **Bianca Neves Arnaud**

biancaarnaud01@gmail.com

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

### **Universidade Federal do Pará (UFPA)**

R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá.

Belém – Pará – Brasil

CEP: 66075-110

#### **Agradecimentos**

Não se aplica.

#### **Agência financiadora**

Não se aplica.

#### **Contribuições da autora**

A autora é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

#### **Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

#### **Consentimento para publicação**

A Autora consente a publicação do presente manuscrito.

#### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

#### **Disponibilidade de dados**

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

#### **Editores Responsáveis**

Mailiz Garibotti Lusa – Editora Chefe

Michelly Laurita Wiese – Comissão Editorial